

Eliane Cristina Deckmann Fleck*
Rafael Kasper**

ANCHIETA: UMA IMAGEM A SERVIÇO DE VÁRIOS ALTARES

Resumo: O artigo analisa as representações do missionário José de Anchieta veiculadas através dos discursos e conferências – reunidos na Coletânea *Anchietana* –, com o objetivo de desvendar a apropriação que delas foi feita por ocasião da instituição do Dia de Anchieta em 1965. Ao apresentar o jesuíta Anchieta como precursor da nacionalidade brasileira, como guardião da moral e exemplo de santidade, intelectuais brasileiros e estrangeiros, autoridades civis e militares e representantes da Igreja Católica evidenciam não apenas as condutas consideradas fundamentais para a sociedade brasileira naquele momento político, como justificam e evocam a retomada do processo de beatificação do missionário jesuíta.

Palavras-chave: José de Anchieta, representações, beatificação.

Abstract: The article analyses the representations by the missionary José de Anchieta issued through speeches and conferences - reunited in the *Coletânea Anchietana* -, with the intent of unraveling the use given to them on the occasion of the institution of the Anchieta Day in 1965. When presenting José de Anchieta as a harbinger of the Brazilian nationality, as a guardian of moral and example of sanctity, Brazilian and foreign intellectuals, civil and military authorities and representatives of the Catholic Church evince not only the conducts considered fundamental for the Brazilian society, but also justify and evoke the resumption of the process of beatification of the Jesuit missionary.

Keywords: José de Anchieta, representations, beatification,

Um Dia para Anchieta

O *Dia de Anchieta* foi instituído pela Lei Federal nº 55.588, de 18 de janeiro de 1965¹, devendo ser oficialmente comemorado no dia 9 de junho, data da morte² do

* Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Professora Titular da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

** Graduando do Curso de História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e Bolsista PIBIC-CNPq.

¹ O decreto dizia o seguinte: “Art. 1º Fica instituído o “Dia de Anchieta”, que será oficialmente comemorado em todo o país na data de 9 de junho. Art. 2º O Ministério da Educação e Cultura adotará as necessárias providências para dar excepcional relevo às comemorações do “Dia de Anchieta”. Art. 3º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário”.

missionário jesuíta José de Anchieta³. As comemorações foram planejadas por uma Comissão Nacional, cujas tarefas foram as de promover um Ciclo de Palestras alusivo ao missionário jesuíta com a colaboração de intelectuais brasileiros e historiadores e ensaístas espanhóis; organizar uma Missa campal⁴ com D. Agnelo Rossi, no Pátio do Colégio; firmar convênio com a UNB para a produção de um filme sobre Anchieta e com a Escola de Arte Dramática de São Paulo para encenações públicas dos Autos de Anchieta em regiões como Santos, São Vicente, Ubatuba e Itanhaém; promover um Concurso Literário para obras biográficas sobre Anchieta⁵; promover a confecção de selos e placas comemorativas em prata e bronze; patrocinar o traslado de uma relíquia de Anchieta, vinda de Roma e, ainda, editar as obras completas de José de Anchieta.

Integravam a Comissão Nacional nomeada pelo Marechal Castelo Branco, além de Júlio de Mesquita Filho⁶, como presidente, Aureliano Leite, Eurípedes Simões de

² Na edição do dia seguinte ao decreto, o jornal Folha de São Paulo publicou entrevista feita com o prof. Maurício de Albuquerque, da Universidade do Brasil e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, na qual ele afirma que “*a data corresponde a de sua morte, que ocorreu a 9 de junho de 1597, em Reritiba, no Espírito Santo, atual Anchieta, e o decreto é um passo para sua canonização, tendo em visto que só os santos são festejados no dia de sua morte. [...] é antiga a idéia de canonizar o padre Anchieta e que a canonização foi retardada, em parte, pelas lendas sobre o jesuíta.*” (grifo nosso).

³ José de Anchieta nasceu em Tenerife, uma das ilhas do arquipélago das Canárias. Foi um menino de saúde frágil, mas que nem por isso deixou de ser um brilhante aluno. Aos 17 anos, ingressou na Companhia de Jesus e, dois anos após, foi ordenado padre e enviado para o Novo Mundo. Chegou à Bahia em 13 de julho de 1553, juntamente com a comitiva de Duarte da Costa, segundo Governador Geral. No mesmo ano, foi enviado para a Capitania de São Vicente, atual estado de São Paulo. Morreu aos 63 anos de idade, sendo que seus restos mortais foram trasladados para a Bahia, em 1611, e, posteriormente, algumas relíquias foram encaminhadas à Roma para dar início ao processo de canonização, que ainda não está concluído.

⁴ A missa contou a participação de inúmeros fiéis e de estudantes, além de um grupo de Bandeirantes e da “fanfarrinha da Escola Técnica de Comércio José de Anchieta [que] executou um hino religioso, seguindo-se, pouco antes da comunhão, a participação dos marujos espanhóis – do navio Vicente Yañez Pinzón, da Armada Espanhola – que entoaram um cântico sacro. Na oportunidade, realizou-se também a Páscoa dos Professores e a primeira comunhão de diversos escolares. Concluído o ato religioso, a fanfarrinha executou o Hino nacional, dirigindo-se, a seguir, à Praça da Sé, para deposição de flores ao pé do monumento a Anchieta.” (O Estado de São Paulo, 10 jun. 1965, p. 18-19).

⁵ As obras que participaram do *Concurso Literário* promovido pela Comissão Nacional revelam o significativo empenho dos autores em reforçar a religiosidade e a moralidade em Anchieta, o que está, inevitavelmente, associado ao contexto histórico desta produção, em que o medo do comunismo levava milhares de pessoas à rua, que em defesa da religião e da integridade da família, apoiavam e legitimavam o golpe militar. A obra “*Anchieta, o Apóstolo do Brasil*”, do Pe. Hélio Abranches Viotti, obteve o primeiro lugar no *Concurso* e consagrou, no século XX, a *imagem de santo e de herói* do jesuíta Anchieta construída já no século XVI. Evidencia, também, a intenção política da obra, ao vincular uma imagem apologética do missionário aos valores morais e religiosos conservadores defendidos pelos setores sociais que implantaram o regime militar.

⁶ Júlio de Mesquita Filho era presidente do jornal *O Estado de São Paulo* à época. Além disso, Mesquita Filho era irmão de Antonieta Pellegrini, presidente do *Movimento de Arregimentação Feminina – MAF*, que participará ativamente das comemorações alusivas a Anchieta. A *MAF* era uma das organizações empenhadas na desestabilização e, posteriormente, na deposição do governo Goulart. Amplamente apoiadas por setores conservadores da Igreja Católica, essas entidades de mulheres católicas e de classe média, promoveram inúmeros atos de protesto a uma suposta ameaça comunista, em defesa da

Paula, João Fernando de Almeida Prado, César Salgado, Mário Neme e Lúcia Falkenberg. O Ciclo de Palestras⁷ proposto pela Comissão se iniciou com a Conferência de Pedro Calmon, e prosseguiu com as proferidas pelo almirante espanhol Julio Guillen⁸, pelo padre jesuíta Francisco Mateos e pelo professor Salvador Lopez Herrera. Seguiram-se as palestras de Monsenhor José Conceição Paixão, pela Associação dos Cavaleiros de São Paulo; do professor Julio Garcia Morejon, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo; do Dr. César Salgado, pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo⁹ e do padre Hélio Abranches Viotti, representando a Companhia de Jesus¹⁰.

religiosidade, da moral da família cristã e da pátria, valores caros aos setores civis e militares que implantaram o regime militar.

⁷ Este Ciclo de Palestras se denominou *Ciclo de Conferências sobre a Vida e Obra do Padre Anchieta*. Ao saudar os presentes à conferência do almirante espanhol Julio Guillen, no dia 11 de junho de 1965, Mesquita Filho referiu-se ao Ciclo da seguinte maneira: “Com este ciclo de conferências [...] nada mais fazemos do que retomar o fio daquelas que, há 68 anos, foram proferidas sobre o mesmo apaixonante tema pelos mais ilustres homens de letras e de pensamento de São Paulo de então. Entretanto [...] naqueles já remotos tempos, as repercussões da feliz iniciativa cultural limitaram-se ao território nacional. Hoje não: as comemorações têm uma ressonância maior e atingem um âmbito mais largo. Elas alcançam já a Espanha e a Itália que nos enviaram alguns dos seus mais eminentes historiadores [...]” O Estado de São Paulo, 12/06/1965. O evento a que se refere Júlio de Mesquita Filho trata-se de um Ciclo de conferências promovido pelo IHGSP, em 1897, comemorativo da passagem do III Centenário de morte de Anchieta. Além de São Paulo, também a Guanabara comemorou – pela primeira vez – o Dia de Anchieta “com um desfile de 11 escolas e participação de cerca de 2500 estudantes, tendo o Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara rezado missa campal na Praça Nossa Senhora de Nazaré, em Anchieta, onde se realizou o desfile. [...] Durante as comemorações [...] foi anunciada a decisão do governo espanhol de doar uma estátua de Anchieta que será instalada na Praça Nossa Senhora de Nazaré [...]” e que “já foram tomadas as providências para a sua canonização, através do Vaticano”. (ÚLTIMA HORA-RJ, 10 jun. 1965, p. 3)

⁸ De acordo com artigo publicado n’O Estado de São Paulo, em 12 de junho de 1965, temos acesso à composição da mesa solene na sessão do Ciclo de Conferências em que o Almirante Guillen participou: “A sessão foi dirigida pelo dr. Júlio de Mesquita Filho [...] Assentaram-se à mesa o prof. Ernesto Leme, Secretário da Justiça; os drs. Aureliano Leite, presidente do IHGB-SP; César Salgado, presidente da Associação dos Cavaleiros de São Paulo; o prof. Miguel Reale, representando o corpo docente da Faculdade de Direito da USP; o padre Paulo Molinari, postulador da causa de beatificação do padre José de Anchieta junto ao Vaticano; o Sr. Fermin Prieto Castro, cônsul-geral da Espanha em São Paulo; o historiador Salvador Herrera, da Faculdade de filosofia e Letras da Universidade Central de Madrid; os padres Francisco Mateos e Fernando Pedreira de Castro e a sra. Maria Mesquita da Motta e Silva, presidente do Movimento de Arregimentação Feminina.” (grifos nossos) Chama a atenção a significativa presença de representantes da Igreja e de leigos católicos, sugerindo a vinculação entre as comemorações e o empenho desses setores sociais na retomada do processo de beatificação de José de Anchieta. Em relação à participação da representante de um grupo feminino na mesa de honra da sessão, lembramos que “a religiosidade das mulheres foi um dos elementos-chave para levá-las a combater” o governo Jango e as reformas. Daí o papel desempenhado, neste período, por entidades femininas católicas, cujas integrantes “foram conquistadas pelos líderes ipesianos para a ação política, a partir de sua religiosidade, do seu moralismo e do seu medo de desagregação da família pelo ‘Estado totalitário’”, o que as fez aderirem às marchas e aos manifestos em praça pública para “defender a família, as tradições, a religião e a pátria contra ‘um iminente golpe comunista’.” (SIMÕES, 1985, p. 41, 52).

⁹ É importante destacar que o governo do Estado de São Paulo também tentou se associar aos festejos anchietanos através de um decreto de 26/04/1965. Esse decreto dizia o seguinte: Artigo 1º - Associar o governo do Estado à celebração do Dia de Anchieta, a 9 de junho próximo; Artigo 2º - Determinar à Secretaria do Governo que elabore, conjuntamente com a da Educação, o programa oficial respectivo; Artigo 3º - Instituir o prêmio “Anchieta” para o melhor trabalho sobre a cidade de São Paulo, desde a sua

Neste artigo, discutimos as razões para a instituição do *Dia de Anchieta*, em 1965, momento de implantação da ditadura militar no Brasil, e evidenciamos a apropriação da figura e do pensamento de José de Anchieta, tanto por autoridades militares e eclesiásticas, quanto por civis, a partir da análise dos discursos feitos na Câmara Federal no dia 09 de junho de 1965 e das conferências proferidas no Ciclo de Palestras e que compõem a Coletânea *Anchietana*.

Os quarenta e nove textos¹¹ – palestras, artigos, discursos e poemas –, majoritariamente, concebem José de Anchieta como precursor da nacionalidade brasileira ou como guardião da moral e dos bons costumes, condutas consideradas fundamentais para a coesão social e para a integração territorial da *Pátria*. Revelam, ainda, que o pensamento anchietano – *que não concebia uma fronteira nítida entre os fins da política e os da religião e legitimava o uso da força contra os infiéis* – foi, efetivamente, apropriado pelo regime militar na década de sessenta¹², para justificar as medidas

fundação; Artigo 4º - Promover, nos estabelecimentos de ensino, aulas recitais a respeito de Anchieta e sua obra; Artigo 5º - Renovar, no dia de Anchieta, a confiança do povo e do governo bandeirantes no sentido da canonização do Apóstolo do Brasil; Artigo 6º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação. A 27 de maio de 1965, a Folha de São Paulo divulgou o Programa de Comemorações previsto pelo governo do Estado de São Paulo, e que previa a participação de alunos de várias escolas primárias e secundárias da cidade de São Paulo, da Rádio e da TV da Secretaria de Educação. Este mesmo jornal, em 9 de junho de 1965, chegou a reproduzir a mensagem do governador Ademar de Barros “ao povo de São Paulo”, da qual destacamos esta passagem: “Dentre a gigantesca obra do inesquecível jesuíta, este aspecto é um dos mais importantes. Pois que com sua presença, andando a pé ou navegando em frágeis canoas, *foi o primeiro que personificou o caráter nacional do Brasil, dando-lhe, como a um todo contínuo e homogêneo, o fervor e seu apostolado ardente e idealista, fundando, assim, a unidade do país, que nos tem preservado de desastres e calamidades sociais e políticas. [...] o governo do Estado rende homenagens à memória imorredoura de José de Anchieta, santo e apóstolo do Brasil.*” (grifo nosso).

¹⁰ A edição de 09 de junho de 1965, da Folha de São Paulo, informou que na noite anterior, haviam desembarcado em São Paulo – vindos do Rio de Janeiro – para as homenagens que seriam prestadas ao jesuíta Anchieta, “os padres Paulo Molinari e Helio Abranches Viotti, o primeiro, defensor da beatificação de Anchieta junto ao Vaticano, e o segundo, defensor da causa no Brasil, em processo instituído pela Cúria Metropolitana do Brasil.” (grifo nosso)

¹¹ Sobre os autores dos textos, constatou-se que trinta e nove são intelectuais, políticos e acadêmicos civis; sete são religiosos, sendo que quatro são jesuítas – dois deles, espanhóis. Além de Pedro Calmon e do Pe. Hélio Abranches Viotti SJ., podemos destacar a colaboração de João de Scantimburgo, Tito Lívio Ferreira, Herbert Baldus, Cassiano Ricardo, Cecília Meireles e Guilherme de Almeida. Na Introdução, o presidente da Comissão Nacional, o Sr. Júlio de Mesquita Filho destaca a participação do almirante espanhol Júlio Guillen, presidente do Museu Naval de Madri.

¹² A valorização – e a apropriação – do *pensamento anchietano*, bem como o resgate de sua memória através de uma série de iniciativas cívico-culturais e educacionais, vinha ao encontro das aspirações de setores mais conservadores da sociedade brasileira e dos grupos que apoiavam o regime militar e estavam empenhados em eliminar a ameaça comunista. Isto nos leva a propor a hipótese de que houve uma efetiva identificação de muitos civis e militares com o pensamento e a atuação do *Apóstolo do Brasil*, na medida em que este pregava a legitimidade do uso da força contra os infiéis ou hereges que comprometiam o sucesso da empresa da conversão. Essa concepção, imbuída do pensamento medieval, não diferenciava o político do religioso¹², sendo que Deus interferia em ambas esferas, a fim de favorecer os interesses católicos. Neste contexto, o uso da força era considerado legítimo para Anchieta, razão pela qual seu

tomadas sob a alegação de uma possível intervenção comunista no Brasil¹³. Apresentado como “*santo símbolo de nossa nacionalidade*”, por ter salvaguardado “*o princípio da moralidade em face da corrupção*”, repellido “*as missões estrangeiras*” e conservado a “*unidade e integridade da nação*”¹⁴, Anchieta serviu de modelo de conduta para o novo regime político, ao reafirmar a importância da família, da religião e da moral, razão pela qual a instituição do *Dia de Anchieta* se constituiu, também, em oportunidade para a retomada do seu processo de beatificação.

As representações de um missionário: o José de Anchieta das páginas da *Anchietana*.

Os dois primeiros textos da *Anchietana* foram escritos pelo presidente da Comissão Nacional, Julio de Mesquita Filho. No discurso proferido por ocasião da abertura do evento e transcrito na coletânea, Mesquita Filho atribui ao presidente Castelo Branco a idéia de consagrar uma data cívica a Anchieta¹⁵:

[...] deliberou em boa hora o Sr. Presidente da República determinar que voltasse o País a prestar reverência a José de Anchieta, um dos pioneiros que mais contribuiu para a formação moral da nacionalidade. [...] Instituído oficialmente o “Dia de Anchieta”, decidiu Sua Excelência que se constituísse uma comissão cujos membros deveriam gizar o programa a ser desenvolvido durante o ano. Essa comissão, a que, por benevolência do Sr. Marechal Castelo Branco, preside o autor dessas linhas [...] dando desempenho ao que lhe cometera a mais alta autoridade da República [...] tivemos a honra

pensamento servirá bem aos interesses dos governantes militares interessados em punir *os hereges comunistas*.

¹³ De acordo com Carlos Fico, “a velha noção de ‘crise moral’ foi um dos motes utilizados pelos golpistas de 64 para justificar a sua ação. Juntamente com o combate à ‘subversão’ e ao comunismo, ‘acabar com a corrupção’ era uma das bandeiras da época. [...] ansiavam por eliminar todas as mazelas sociais [...] no doente corpo social brasileiro.” (FICO, 2001, p. 149, 158)

¹⁴ Cabe aqui a reflexão feita por Chartier, para quem “As representações do mundo social [...] embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.” (CHARTIER, 1990, p. 17)

¹⁵ Embora o “Dia de Anchieta” tenha sido instituído pelo Decreto Nº 55.586, de 18 de janeiro de 1965, em levantamento feito sobre decretos ou processos encaminhados antes de 1965, inclusive daqueles que propõem a beatificação do jesuíta José de Anchieta, constatamos que durante o governo Vargas, o Decreto Nº 23.941, de 1º de março de 1934, dia do IV Centenário de nascimento de Anchieta, declarou a data feriado nacional, ressaltando a importância de Anchieta para a formação da nacionalidade brasileira. Através de outro decreto, o de Nº 5.123, de 21 de dezembro de 1942, Getúlio Vargas doou terreno à “Sociedade Brasileira de Educação”, prevendo a criação da Casa de Anchieta, “destinada ao culto dos grandes vultos da Companhia de Jesus que, no Brasil, se consagraram à catequese e educação dos indígenas”. Estes decretos revelam que a imagem de Anchieta – de Apóstolo do Brasil e de construtor da nacionalidade brasileira – vinha sendo utilizada com fins políticos já desde o governo Vargas, que, assim como o governo implantado após o Golpe de 1964, orientaram sua administração para a defesa da “*chama do patriotismo*” e da “*unidade e integridade da nação*”.

de saudar o Sr. Presidente da República, agradecendo-lhe a sua contribuição decisiva para o brilho e o significado dos festejos. (Mesquita Filho In: ANCHIETANA, 1965, p. 6) (grifo nosso)

Também no artigo, ele expressa novamente sua satisfação com a instituição da data por Castelo Branco, vinculando-a ao processo de beatificação do jesuíta:

[...] eis-nos de nôvo reunidos para comemorar o DIA DE ANCHIETA, por oportuna e feliz lembrança do Exmo. Sr. Presidente da República. [...] Agora, a idéia em boa hora concebida pelo Exmo. Sr. Marechal Castelo Branco de instituir o DIA DE ANCHIETA no aniversário da morte do grande místico, assume outras proporções. [...] Ao evocar a responsabilidade de uma iniciativa tão rica de significado, pretende Sua Excelência o chefe de Estado brasileiro imprimir-lhe um caráter especialíssimo. E para que se compreenda todo o seu alcance, basta acentuar que a pessoa a que S.S. o papa Paulo VI confiou a missão de representá-lo neste histórico conclave é a mesma à qual está acometida a delicadíssima tarefa de orientar a elaboração do processo de beatificação de Anchieta [...] fervor que foi acolhido pela gigantesca urbe de hoje o chamamento do Exmo. Sr. Presidente da República (Mesquita Filho In: ANCHIETANA, 1965, p. 10-12) (grifo nosso).

Partindo de uma caracterização do momento político brasileiro¹⁶, Mesquita vincula a imagem de Anchieta ao humanismo cristão que deveria ser acionado para conter a “*subversão comuno-nacionalista*”:

Atravessam o País e o mundo um dos instantes mais graves da História. Dentro da grande Revolução que se processa por toda a parte, vive o Brasil, aquela, sob a chefia do Exmo. Sr. Marechal Castelo Branco, nos levou à vitória do 31 de março. Se aceitou S. Excia. o encargo de conduzir a Nação ao campo em que se feriria o último embate entre a liberal democracia e aqueles que desejavam arrastá-la para a órbita dos países em que nos últimos cinquenta anos se implantaram regimes inspirados no materialismo dialético foi porque jamais duvidou dos sentimentos profundos da nossa coletividade. Sabia perfeitamente que a subversão então em marcha aberrava as tendências inatas da Nação e de tudo quanto no passado assinalou os fatos de sua história. [...] Foi precisamente por participar, na qualidade de seu líder supremo, do sentido profundo do grande levante e por possuir a convicção de que ele traduzia a decisão em que se achava o País de permanecer fiel ao espiritualismo que S. Excia. o Marechal Castelo Branco não hesitou em romper o seu compromisso de soldado para com o Estado, a fim de poder colocar-se decididamente à frente dos que defendiam as nossas tradições. É

¹⁶ Referindo-se à formação da ampla frente que se formou para derrubar o governo de Jango em 1964, Daniel Aarão Reis Filho afirma que esta nutria “um grande Medo de que viria um tempo de Desordem e de Caos, marcado pela subversão dos princípios e dos valores, inclusive dos religiosos. A idéia de que a civilização ocidental e cristã estava ameaçada no Brasil pelo espectro do comunismo ateu invadiu o processo político, assombrando as consciências”. Seus integrantes possuíam “denominadores comuns muito genéricos: salvar o país da subversão e do comunismo, da corrupção e do populismo”. (REIS FILHO, 2007, p. 6-7).

pois um ato de afirmação que nesse instante participamos – afirmação que se traduz no propósito em que está a Revolução de permanecer fiel àquele humanismo cristão que nos legou Anchieta e que a subversão comuno-nacionalista pretendia banir da nossa comunhão. (MESQUITA FILHO In: O Estado de São Paulo, 1965, p. 19) (grifos nossos)

O presidente Castelo Branco, por sua vez, deixaria evidente em seu discurso o papel a ser desempenhado pela Igreja¹⁷ e pelo Estado na consolidação no novo regime:

Essa terra é nossa empresa, dissera Nóbrega. E ninguém melhor que Anchieta lhe ouviu a palavra. [...] A Igreja continua a ter no Brasil largo campo de ação espiritual (...) enquanto o desenvolvimento material está, principalmente, a cargo do Estado, à Igreja cabe, sem dúvida, conquistar e aperfeiçoar os espíritos. O que nada impede, até aconselha, que ajude a ação governamental. [...] Desta forma, temos assegurado o melhor ambiente para o governo receber aquela ajuda, tão necessária e só possível de ser exercida pelo bom pastor. [...] graças à maneira por que se formou, o Brasil permanece aberto aos evangelizadores que se disponham a seguir os ensinamentos de Anchieta, de quem se disse com justiça, que pela nossa pátria êle ‘deu a vida, o apostolado, a santidade’. (Castelo Branco In: ANCHIETANA, 1965, p. 12-13) (grifo nosso)

A estes primeiros textos, seguem-se os do padre jesuíta Francisco Mateos e do Prof. Salvador López Herrera, ambos espanhóis, que limitam-se a expor cronologicamente a vida do missionário. Na conferência “*Ultimas investigaciones históricas – sobre la vida y obra del padre José de Anchieta*”, Mateos se detém na genealogia de Anchieta, dando uma especial atenção ao fato de o jesuíta descender de cristãos-novos por parte de mãe, enquanto Salvador López Herrera destaca que o jesuíta “Debe de ser conocido y admirado, porque la cruz de Anchieta simboliza sacrificio, abnegación, heroísmo”. (HERRERA In: ANCHIETA, 1965, p. 60)

O próximo texto é o da conferência proferida pelo Monsenhor José da Conceição Paixão, através da qual tomamos conhecimento de uma instituição – a *Associação dos Cavaleiros de São Paulo* – que colaborou no planejamento das comemorações do *Dia de Anchieta*. De acordo com o conferencista, tratava-se de “entidade que, dentre seus objetivos buscava incentivar o culto a São Paulo, dentro da Pátria Brasileira; defender-lhe as tradições culturais, morais e cristãs e promover o estudo de seu passado e de seus grandes vultos.” (PAIXÃO In: ANCHIETANA, 1965,

¹⁷ É preciso considerar que às vésperas de abril de 1964, “a Igreja, como instituição, por meio da CNBB, tomava posição a favor das reformas sociais. [...] Mas não podemos esquecer que outros católicos se mobilizaram em direção contrária [...] com o apoio de figuras importantes do episcopado e do clero, no combate ao que julgavam ser o perigo da subversão da ordem.” (SOUZA, 2004, p. 81)

p. 61). O apoio desta Associação e a indicação do Monsenhor para representá-la no Ciclo de Conferências se devem, com certeza, ao fato de seu presidente, José Augusto César Salgado, integrar a Comissão Nacional encarregada das comemorações alusivas a Anchieta. Refletindo bem o pensamento desta instituição, Anchieta é apresentado como santo do Brasil, mártir e taumaturgo, por ter sido:

Aquele que daria ao Brasil todo o trabalho de sua vida apostólica. Aquêlê que deveria trazer para a nossa gente a dádiva de sua inteligência, de seu amor, de sua fé e que seria, com seus co-irmãos jesuítas, o evangelizador do Brasil. Aquêlê cujo nome é para nós uma jaculatória e cujas cinzas são para nós uma relíquia: José de Anchieta. Como evangelizador do Brasil êle realizou, aqui, um trabalho sôbre-humano. (PAIXÃO In: ANCHIETANA, 1965, p. 64) (grifo nosso)

Para Monsenhor Paixão, as realizações de Anchieta – seu trabalho com os índios e colonos e seus escritos e encenações dramatúrgicas – remetem para a sua santidade, para o exercício pleno do apostolado e para o grande exemplo que seria tanto para a cidade de São Paulo, quanto para todos os brasileiros:

Por isso, feliz a cidade de São Paulo que desde a sua fundação pode contar com um evangelizador como Anchieta e que recebeu as primícias de seu zêlo no Brasil e que sentiu o calor de sua fé e que se alimentou com o pão de sua doutrina. Feliz a cidade que, por isso pode dizer, também, com justo orgulho: ‘Anchieta é um dos nossos’. Feliz o Brasil que, ao lado de todos os outros heróicos e abnegados jesuítas, teve também Anchieta, desde os albores de sua história, entre os seus grandes evangelizadores. Feliz o Brasil que pode dizer também: ‘Anchieta é um dos nossos’. Mas os heróis das pátrias valem como exemplo às gerações futuras. Seja, pois, Anchieta o grande exemplo dos brasileiros. (PAIXÃO In: ANCHIETANA, p. 72) (grifo nosso)

Em “*As intenções poéticas do padre José de Anchieta*”, Julio Garcia Morejón¹⁸ apresenta Anchieta como precursor da literatura brasileira “porque, desganhado do tronco peninsular ibérico, afincou tão profundamente na paisagem espiritual do Brasil as suas raízes sentimentais que sua alma se empapou de brasilidade, o que lhe permitiu uma ação catequista e política”. (MOREJÓN In: ANCHIETANA, 1965, p. 79). Apesar de reconhecer que “faltou-lhe o chamado definitivo da graça poética”, Morejón não

¹⁸ Julio Garcia Morejón foi um dos quatro palestrantes espanhóis convidados a participar do Ciclo de Conferências. Natural de Valencia, Espanha, mudou-se para o Brasil logo após formar-se em Letras e Filologia na Universidade de Salamanca. Doutorou-se na USP, em 1960, tendo trabalhado nesta universidade por 30 anos. Foi o fundador da Escola de comunicação e Artes (ECA), do Centro Hispano-Brasileiro de Cultura, em 1971, que, mais tarde, se tornou Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas.

descuida de vincular o trabalho apostólico por ele desempenhado à formação da Pátria brasileira:

Não lhe faltou, ao que parece, o chamado da graça sobrenatural [...] A santidade está por cima da poesia temporal. Para a formação da nacionalidade brasileira e a fundação de uma metrópole como a de São Paulo, é importantíssima a intenção, porque o resultado está por cima da estética. A poesia de Anchieta como material de cultura e civilização vale, pois tanto que, se nos faltasse, se abalariam os alicerces da formação da Pátria brasileira. (MOREJÓN In: ANCHIETANA, 1965, p. 86). (grifo nosso)

O texto da palestra de César Salgado, presidente da Associação dos Cavaleiros de São Paulo e membro da Comissão Nacional, exalta as virtudes de Anchieta, vinculando-as à cidade de São Paulo:

Sua vida se resume numa lição perene de trabalho de abnegação, de humildade, de sacrifício, de heroísmo, de amor. Por mais que exaltem suas virtudes, por mais que se proclamem seus feitos, por mais que se glorifique seu nome, não se terá dito tudo. (SALGADO In: ANCHIETANA, 1965, p. 87)

Terra minha venturosa, que nasceste nas mãos puras de um SANTO! Terra minha venturosa, que tiveste a defender-te um HERÓI! Terra minha venturosa, que soubeste inspirar um POETA! Terra minha venturosa, que aprendeste a lição de um MESTRE! Terra minha venturosa, ei-lo que volta: é ANCHIETA! (SALGADO In: ANCHIETANA, 1965, p. 100)

Em sua palestra “*Anchieta e as Primeiras Famílias de São Paulo*”, o Pe. Hélio Abranches Viotti, S.J. descreve o Brasil recém descoberto como uma terra que “nada oferecia de imediatamente aproveitável para os seus novos donos” e com habitantes que viviam na “mais absoluta pobreza e desnudez, entregues a inexplicáveis guerras fratricidas e aos piores vícios: bebedeira, libertinagem, antropofagia” (VIOTTI In: ANCHIETANA, 1965, p. 101-102) para melhor destacar a tarefa que caberia aos missionários:

Se destacou nesse ministério a atuação e o exemplo do Venerável Padre José de Anchieta. O Brasil todo, de Itamaracá a Itanhaém, se edificou com a sua passagem. Maiores benefícios de seu ministério sacerdotal [...] receberam a Bahia, o Rio, o Espírito Santo e, sobretudo, São Vicente. Nada mais houvesse, teria bastado o espetáculo de sua vida, de sua santidade carismática para causar nestes lugares a mais benéfica impressão. (VIOTTI In: ANCHIETANA, 1965, p. 107) (grifo nosso)

Mais uma vez, Anchieta é apresentado como responsável pela garantia da unidade territorial, pois “*O Brasil todo se edificou com a sua passagem*”, em especial,

através do exemplo de “*sua santidade carismática*”, da moral e dos valores familiares que defendia. Aproximando-se de Mesquita Filho, o padre Viotti evidencia a relação entre a instituição do Dia de Anchieta e o momento político que o país atravessava após o golpe de 1964:

Nossos antepassados não ficaram insensíveis diante do santo, que a Providência nos concedeu para santificar as origens desta grande pátria que nascia. Consagrando-lhe, a 9 de junho, um dia nacional, pelas mãos de seu supremo chefe civil, e após uma revolução que nos libertou da tirania do comunismo ateu, vem o Brasil de hoje demonstrar ao Mundo, que não lhe é indiferente esta bandeira espiritual, que nos vem conclamando para as ascensões do espírito, através de nossa marcha na história. (VIOTTI In: ANCHIETANA, 1965, p. 114-115) (grifo nosso)

Dentre os articulistas convidados a publicar na Coletânea *Anchietana*, encontramos Alexandre Marcondes Filho¹⁹, que retoma o tema dos milagres atribuídos a Anchieta, destacando sua força moral, santidade e heroísmo. Para ele, Anchieta não apenas construiu um país, como o orientou nas “*primeiras noções de pátria, de família, de propriedade, ao mesmo tempo em que o entregava à custódia da Igreja, através da qual se processaria a confraternização das três raças fundadoras do nosso país*”. (MARCONDES FILHO In: ANCHIETANA, 1965, p. 142) (grifo nosso). Este teria sido o grande milagre operado por Anchieta anunciado no título do artigo:

Mas é forçoso salientar o grande milagre de sua vida. O milagre que projeta no espaço e no tempo a fabulosa frutificação das sementes que lançou no chão brasileiro – no espaço, porque se dilatou em territórios ainda desconhecidos em sua época, e no tempo, porque sustentou e beneficiou as gerações que se sucederam. O milagre que à unidade geográfica juntou a unidade espiritual, necessária à preservação de um patrimônio quase continental, o que o consagra como apóstolo sul-americano. O grande milagre, que coadjuvou nossas resistências em momentos supremos: – a formação católica do Brasil e a fidelidade do povo aos ensinamentos da Igreja de Roma. (MARCONDES FILHO In: ANCHIETANA, 1965, p. 143) (grifo nosso)

O próximo artigo – “O Padre José de Anchieta” – foi originalmente escrito por Amando Caiuby²⁰ para o jornal O Estado de São Paulo, em 1962, jornal fundado pelo presidente da Comissão Nacional, Júlio de Mesquita Filho. Podemos classificá-lo como

¹⁹ O colaborador Alexandre Marcondes Filho é um dos grandes homens públicos a participar da *Anchietana*. Advogado e político paulista, assumiu as pastas da Justiça e do Trabalho durante o Governo Vargas e a presidência do Senado em 1954.

²⁰ Amando Caiuby nasceu em Espírito Santo do Pinhal, em 1886, e faleceu em São Paulo, em 1973. Era advogado, promotor público e delegado de polícia no interior de São Paulo. Foi também poeta, contista e romancista. Escreveu para a imprensa e algumas novelas policiais.

um texto de defesa explícita da canonização de Anchieta, como referido pelo próprio autor:

Êste oportuno artigo de 1962 atualizou o trabalho nacional traçado pela Canonização do Padre José de Anchieta – e estas Conferências ora realizadas e tão festivamente aplaudidas – são a mostra palpante do patriótico interesse de todo o Brasil. (CAIUBY In: ANCHIETANA, 1965, p. 150) (grifo nosso)

Dentre os argumentos a favor da santificação do jesuíta expostos por Caiuby encontramos:

Curava moléstias ao toque da sua sotaina esfarrapada, feita por suas próprias mãos com velas de navios, levantava enfermos com orações, desviava tempestades com gestos, dissolvia banquetes canibalescos com frases, trazia tribos carniceiras ao influxo sugestivo do seu discurso. E índios, mamelucos e portugueses baixavam a cabeça atrevida ante a mansidão do seu olhar. (CAIUBY In: ANCHIETANA, 1965, p. 147-148).

O jornalista e filósofo João de Scantimburgo²¹ denominou seu artigo de “Anchieta, patrono da integração”, deixando antever qual imagem de Anchieta seria por ele explorada:

[...] o aspecto que me proponho salientar nestas comemorações anchietanas, o integracionismo. Integrou o gentio com o português; a tradição lingüística indígena com a cultura católica; os aborígenes com os colonos, o velho com o nôvo, o fetichismo dominado e o cristianismo implantado; as trevas da ignorância com a luz da educação. (SCANTIMBURGO In: ANCHIETANA, 1965, p. 278) (grifo nosso)

Esta questão central para o autor voltaria a ser referida por Scantimburgo, ao apresentar Anchieta como “*o mais alto exemplo*” a ser seguido pelos brasileiros:

As terras cobiçadas por francêses e holandêses foram defendidas pelos integracionistas da época, os portuguêses, com mais fé, mas heroísmo, mas renúncia, mais bravura do que hoje a defendem, quando a defendem, os brasileiros, nos quais se vai amortecendo a fé

²¹ João de Scantimburgo nasceu em Dois Córregos, São Paulo, em 31 de outubro de 1915, filho de João de Scantimburgo e Julia Cenci de Scantimburgo. Jornalista. Mestre em Economia e Doutor em Filosofia e Ciências Sociais. Lecionou na Fundação Armando Álvares Penteado e na Universidade Estadual Paulista UNESP. Exerceu as funções de diretor dos "Diários Associados", do "Correio Paulistano", do "Diário do Comércio" e do "Digesto Econômico", todos editados na capital paulista. Pertenceu ao Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta - Rádio e Televisão Educativa (São Paulo) e da Fundação Bienal de São Paulo. Faz parte, também, da Academia Paulista de Letras, Instituto Brasileiro de Filosofia, Sociedade Brasileira de Filósofos Católicos. Eleito membro da Academia Brasileira de Letras em 21 de novembro de 1991 e empossado a 26 de maio de 1992.

nas instituições políticas e na sobrevivência de nação com as dimensões territoriais do Brasil. Se se voltassem para o passado veriam que o Nôvo Mundo foi defendido com o sacrifício de vidas, para que não se desintegrasse. Era preciso manter unida, unívoca, uma, a terra que resultara da aventura dos Descobrimentos. Assim o fizeram. Da emprêsa, Anchieta foi o patrono, o mais alto exemplo. Ninguém, na história que começou com o desembarque de Cabral, se lhe avantajou em estatura, em desprendimento, em gratuidade. Inspirado pela fé, viveu e morreu para a fé e pela fé, para a nova terra e pela nova terra. Mas não se lhe poderia pedir, pois preocupou-se com o céu, e a terra lhe foi dada por acréscimo; quis a salvação das almas, e salvou a nação, que ajudou a criar no tempo e no espaço. (SCANTIMBURGO In: ANCHIETANA, 1965, p. 275)

Santimburgo não deixa de mencionar sua preocupação em relação ao que classificou de “*solapamento da integração brasileira*”, referindo-se explicitamente ao contexto político que levou ao golpe civil-militar de 1964:

Muitas vezes, externei meu temor, de que o Brasil viesse a se desintegrar. A nação de dimensões continentais, admiravelmente unívoca, é subvertida, é solapada por forças revolucionárias, que nela atuam, não raro sem a percepção do povo e das elites políticas. Seus alicerces já racham. Podemos resistir, e muito, ainda, mas temos que retemperar a nossa fé, e reforjar os nossos sentimentos de brasilidade, com os exemplos do passado, sobretudo com o exemplo de Anchieta. A atualização do integracionismo é, portanto, antes um motivo de apreensão, do que de orgulho. Revela que não estamos de todo integrados, que estão se desfazendo as cartilagens nacionais, aos golpes de infiltração revolucionária comandada do exterior e executada pelos metecos do interior. (SCANTIMBURGO In: ANCHIETANA, 1965, p. 275) (grifo nosso)

O Anchieta do artigo de Scantimburgo é um homem cuja fé e força moral foram responsáveis pelo surgimento da nação brasileira:

De Anchieta se pode dizer que foi o primeiro integracionista; animado pela fé, pôs a inteligência e a vontade na consecução desse fim, e conseguiu-o. A nação brasileira começou a amoldar-se com os capitães gerais, com a vocação missionária da Casa de Bragança, mas quem lhe soprou o primeiro hálito de vida foi Anchieta, o inexausto integracionista [...] Anchieta aproxima índios e portugueses, integrando-os na bela obra que é a nação brasileira, cujo batismo foi ato de suas santas mãos. Quando nos lembramos que Anchieta era moço franzino, doente, metido numa terra hostil, com índios, frio e calor fortes, mosquitos, perigos; sem livros, sem recursos, sem nada, senão sua fé, podemos medir a carga de energia que se contém no dom gratuito de Deus, e na sua força para atravessar oceanos, criar nações, suscitar historicamente povos. Só a fé explica o milagre de Anchieta, suas viagens, cujo roteiro deveria, todo ele, ser reconstituído e marcado com as pedras do exemplo, para os nossos desfalecimentos, nas jornadas de toda a vida nacional. (SCANTIMBURGO In: ANCHIETANA, 1965, p. 273) (grifo nosso)

“*O mais alto exemplo*” para os brasileiros transforma-se, no texto do jornalista e filósofo paulista, em exemplo na luta contra o comunismo e em herói da brasilidade:

Não pode haver maior símbolo para se contrapor à subversão revolucionária, que rastilha pelo Brasil, abalando a solidez da família, destruindo a confiança dos trabalhadores, danificando a empresa, pervertendo a juventude, numa palavra, desintegrando a nação, no que ela tem de mais puro, que a sua quatriseccular tradição religiosa e seus sentimentos democráticos. E se fizesse um plebiscito sobre as preferências populares, Anchieta ganharia na certa. (SCANTIMBURGO In: ANCHIETANA, 1965, p. 276) (grifo nosso)

A ênfase dada à condição de exemplo moral para as famílias e de brasilidade para a juventude brasileira acaba por revelar a sua adesão à Causa de beatificação de José de Anchieta:

Anchieta, para quem pedimos a glória dos altares, tomou a sério a integração do Brasil, e promoveu-a, iniciando o processo da nacionalidade, onde não há preconceitos de raça. Tudo que se fez depois é nada ao lado do que ele fez, nos primeiros anos da terra descoberta. O jovem padre teve a intuição dos gênios e dos santos. Criou a política integracionista. Antecipou-se aos séculos, estabelecendo as coordenadas seguras, para a paz da nação. (SCANTIMBURGO In: ANCHIETANA, 1965, p. 278) (grifo nosso)

Outro artigo que versa sobre a importância da atuação de José de Anchieta para a integração nacional foi o de João de Almeida Prado²². Assim como Scantimburgo, o articulista apresenta a fé católica como “*cimento da integração nacional*”, atribuindo a Anchieta papel preponderante na construção “*dos alicerces da futura nacionalidade*”:

A espantosa fidelidade ao credo católico, razão principal da nossa moderna unidade, que também encontramos em outros episódios da história pátria, derivava da abnegação do clero em manter a crença viva no domínio luso, destinado por este motivo a ser a maior nação sul-americana. Desde o início do nosso passado, vemos dissipar-se a névoa da proto-história pelos relatos jesuíticos mandados das capitânicas monumentos de informações política, etnográfica, antropológica, pedagógica, social e religiosa, do mais alto valor acerca do período em que o branco começara – nos termos de um cronista coevo – a arrancar a areia das praias antes de aventurar-se no sertão fabuloso, de onde se esperavam riquezas sem conta. Do

²² João de Almeida Prado nasceu em 1898 e morreu em 1991. Jornalista, escritor e historiador. Participou da Semana de Arte Moderna de 1922, numa das alas mais conservadoras do evento. Mais tarde, em 1972, quando dos 50 anos da Semana, chegou a declarar que “a Semana de Arte Moderna pouca ou nenhuma ação desenvolveu no mundo das artes e da literatura”. Publicava seus livros com o pseudônimo de Yan de Almeida Prado.

milagre então realizado pelo inaciano, aproveitou-se a coroa para firmar a sua posse no Nôvo Mundo, primeiro passo dos alicerces da futura nacionalidade, cujas raízes foram cuidadas com intenso amor, inteligência e desvelo, por homens como Anchieta. (ALMEIDA PRADO In: ANCHIETANA, 1965, p. 287) (grifo nosso)

O artigo “*O Milagre Maior do Santo Brasileiro*”, de Vinício Stein Campos, encerra a seção Colaborações da Coletânea *Anchietana* e se assemelha muito à proposta de “*O Grande Milagre*”, escrito por Marcondes Filho. Se para Marcondes Filho, o maior milagre de Anchieta teria sido a difusão da fé católica e, conseqüentemente, a importância da Igreja Católica na construção da nação brasileira, para Campos, este teria sido a criação de São Paulo. Neste sentido, o autor aproxima Anchieta de outros interesses que não os dos militares e civis que articularam o golpe de 1964 – e se encontravam no poder em 1965 –, mas aos da elite paulista, que se vale das comemorações alusivas ao missionário para louvar a sua própria história:

Todavia, de todos os milagres que o Santo Missionário brasileiro realizou na tocante jornada do seu apostolado admirável, o maior, o mais extraordinário, a nosso ver, nestes tempos de incredulidade e tibieza religiosa, foi o que êle promoveu em benefício da terra brasileira, convertendo São Paulo no gigante das botas de sete léguas, o fabuloso bandeirante que devassou os sertões e bateu nas selvas mais longínquas as estacas indescritíveis de nossas fronteiras. Não tem explicação plausível, a não ser pela interferência milagrosa de Anchieta, o fenômeno sem igual, único no mundo, da conquista do território nacional pelos sertanistas de São Paulo. (CAMPOS In: ANCHIETANA, 1965, p. 434) (grifo nosso)

Mas o autor não se limita a mostrar a grandeza da *São Paulo dos bandeirantes*, enaltecendo a cidade de São Paulo do século XX e prestando um tributo a Anchieta:

E poderíamos repetir com Aureliano Leite, na sua monumental História da Civilização Paulista, que São Paulo moderno não é apenas a consubstanciação da profecia do heróico canarino, mas, e principalmente, o milagre maior do Santo brasileiro. (CAMPOS In: ANCHIETANA, 1965, p. 435) (grifo nosso)

Encerram a Coletânea os textos dos três discursos proferidos por deputados federais, na sessão de 9 de junho de 1965, na Câmara Federal. O primeiro discurso transcrito é o de Yukishigue Tamura²³, eleito pelo estado de São Paulo, pela ARENA.

²³ Nasceu em São Paulo, em 02 de janeiro de 1915. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito da USP, em 1939; Curso Superior de Guerra, Escola Superior de Guerra, (EMFA), em 1957. Teve o mandato de Deputado Federal cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos, quando do AI-5. Foi o idealizador das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (Usiminas). Em seu primeiro mandato na Assembléia Legislativa paulista, apresentou no ano de 1953 um projeto de lei que devolvia à Companhia de Jesus a propriedade do imóvel do Pátio do Colégio, então parte do patrimônio estatal. A

Nele, o parlamentar não apenas exalta Anchieta, como também o estado de São Paulo, destacando a identificação de sua elite política e católica com o regime:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, desejo participar dos sentimentos cívicos dos meus ilustres pares na Câmara dos Deputados, associando-me de coração, não apenas como cidadão paulista e brasileiro, mas, também, como cidadão paulistano e católico, às justas comemorações nacionais do Dia de Anchieta, em boa hora instituído pelo Decreto no. 55.588 [...] por S. Exa. Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco. (TAMURA In: ANCHIETANA, 1965, p. 439) (grifo nosso)

A associação entre Anchieta e a cidade de São Paulo também foi lembrada por Tamura, que atribui ao jesuíta e à Companhia de Jesus a formação moral dos brasileiros:

A Capital de São Paulo foi fundada no dia 25 de janeiro de 1554, pela figura ímpar de Anchieta, que, sob as ordens do provincial Manuel da Nóbrega e auxiliado pelo Chefe dos indígenas, Tibiriçá, soube dar a nós, paulistas, uma grande civilização cristã, eminentemente espiritual, cheia de riquezas e valores históricos. Incluo, por isso, também, nas minhas homenagens, a gloriosa Companhia de Jesus, a quem a Pátria deve a formação do caráter da sua gente, cheia de sacrifícios e de glórias para colocar êste País entre as grandes nações do mundo. (TAMURA In: ANCHIETANA, 1965, p. 439) (grifo nosso)

A transcrição do discurso na Coletânea não omite o aparte feito pelo deputado Aliomar Baleeiro, udenista do Estado da Guanabara, que – falando em nome dos Deputados fluminenses – presta também homenagem a Anchieta, referindo sua participação na expulsão dos franceses e na fundação do Rio de Janeiro. Cabe ressaltar que o papel de estrategista militar desempenhado por Anchieta neste episódio da história colonial brasileira foi, desde o século XVI, explorado exaustivamente por seus biógrafos. No século XX, como pudemos constatar nos artigos e conferências que analisamos, tanto o episódio, quanto a atuação de Anchieta viriam a ser resgatados para justificar a união necessária entre a Igreja e o Estado contra potenciais ameaças estrangeiras.²⁴

proposta teria sido recusada por ser inconstitucional (a transferência de bens imóveis do Estado para a Igreja não era permitida) e por encontrar forte resistência na bancada evangélica da Assembléia paulista.

²⁴ Também o Governador de São Paulo, Sr. Ademar de Barros, em mensagem sobre o *Dia de Anchieta*, ressaltou: “Anchieta, simples, bondoso, humilde que a si mesmo considerava o menor entre todos os membros da Companhia de Jesus, não contente de desenvolver ação que se projetava em todos os horizontes, ainda fez mais: *ajudou Nóbrega a negociar aliança com os tamoios rebelados do litoral, estruturando a paz de Iperoigüe, que expulsou os franceses da Guanabara, possibilitando a fundação do Rio de Janeiro e criando as condições para a manutenção da unidade da crença e da língua, que construíram a unidade do território*”. (grifo nosso)

O deputado paulista prossegue o discurso, destacando o importante papel desempenhado por Anchieta para São Paulo e para o Brasil:

Sr. Presidente, Senhores Deputados, hoje gostaria de dar um depoimento histórico, colocando a figura de Anchieta num plano internacional e num plano nacional sui generis. Além dos ciclos por outros iniciados – o geográfico, pelos bandeirantes paulistas; o jurídico, por Alexandre de Gusmão; o político, por José Bonifácio; o cultural, pelo Movimento de 22 de março (...); o econômico, pelo Visconde de Mauá – poderíamos dizer que Anchieta inaugurou no Brasil o ciclo humanista, dando do seu coração não apenas todo o seu sentimento moral, mas também todo o seu sentimento intelectual de amor à verdade, inspirado na doutrina e no exemplo de Cristo, cuja lição havia de iluminar sua inteligência para que pudesse dar o melhor de sua pessoa em benefício do povo paulista e brasileiro. [...] E construiu este grande milagre que é a cidade de São Paulo. (TAMURA In: ANCHIETANA, 1965, p. 441) (grifo nosso)

E, ao finalizar seu discurso, manifesta-se favoravelmente à canonização de Anchieta²⁵ que, segundo ele,

não apenas conquistou um lugar na Pátria brasileira, [mas] está na iminência de conquistar um lugar no altar de Deus. E é justamente nesse dia que nós haveremos de elevar nosso coração aos céus, pedir a Deus que realize aqueles dois milagres necessários para que a sua categoria de venerável se transforme em beatitude e depois, como beato, se torne realmente o santo protetor de todos os brasileiros (TAMURA In: ANCHIETANA, 1965, p. 444)

Na seqüência, temos o discurso do Deputado pelo PTB da Guanabara, Eurico Garcia Alves de Oliveira²⁶, que se refere ao jesuíta como “*médico*”, “*apóstolo*”, “*observador da alma do índio*”, ressaltando o seu trabalho de catequização dos índios e

²⁵ É preciso esclarecer que a “Igreja reconhece isso e estabelece uma seqüência hierárquica para os seres divinos. Primeiramente, o candidato a santo, ganha o título de ‘Servo de Deus’. Isso quer dizer que o processo de beatificação ou canonização foi aceito pela ‘Congregação Para as Causas dos Santos’, um departamento do Vaticano responsável pela criação do santo em si. Se, com a leitura do material enviado ao Vaticano, suas atitudes heróicas de bom cristão forem confirmadas pelos profissionais responsáveis pela produção do santo, o servo de Deus passa a ser chamado de ‘Venerável’. Nesta etapa, ainda não pode haver culto público ao candidato, mas ele já é reconhecido como alguém digno de veneração, já é considerado um exemplo a ser seguido. A partir deste momento, para que o processo continue a caminhar, deve ser provada a existência de um milagre realizado por intermédio do venerável em questão. Esta é com certeza a etapa mais complicada e burocrática porque mesmo dentro da própria Igreja, existem diversas interpretações a respeito do que venha a ser um milagre e em que circunstâncias eles ocorrem. “Se o milagre esperado é aprovado, o venerável ascende ao grau de ‘Beato’. O beato já pode ser cultuado, mas com restrições. Somente sua família religiosa ou seus conterrâneos têm direito para isso. Muitos processos param neste ponto exato. Para que um beato se torne santo, outro milagre de primeira grandeza deve ser comprovado e outro processo diocesano (local) deve ser iniciado. O trabalho é enorme, bastante demorado e demanda grandes investimentos financeiros. Com certeza, estes são os principais motivos para que não seja dada continuidade na maioria dos processos.” (SOARES, 2007, p. 5-6).

²⁶ Eurico Garcia Alves de Oliveira nasceu no Rio de Janeiro, em 28 de setembro de 1903 Formado em Direito na Faculdade Cândido Mendes, trabalhou como jornalista no Correio da Noite, A Pátria, Jornal do Brasil. Assumiu, como suplente do PTB, o mandato de Deputado Federal para a Legislatura 1963-1967, tendo sido efetivado na vaga de Epaminondas dos Santos, em 22 de abril de 1964.

alguns milagres atribuídos a Anchieta, como a cura da mão de um índio que fora enviado para matar o padre, mas que não podia manusear o arco por causa de um inchaço, e de quando, recém salvando-se de um naufrágio, o jesuíta chegou à praia e batizou uma criança moribunda, o que o fez agradecer a Deus pelo acidente providencial.” (OLIVIERA In: ANCHIETANA, 1965, p. 444).

O último discurso é o do paulista Antônio Sylvio Cunha Bueno²⁷, Deputado da Arena, que retoma a trajetória biográfica de Anchieta – seu nascimento, formação sacerdotal e atuação missionária – e destaca a importância dos trabalhos realizados pela Comissão para o *Dia de Anchieta*, citando nominalmente a Júlio de Mesquita Filho: “Ao ilustre jornalista e à equipe que elaborou o roteiro das homenagens, bem como a todos que indiretamente contribuíram para o esplendor das solenidades os agradecimentos da nação” (CUNHA BUENO In: ANCHIETANA, 1965, p. 445). Reforçando a posição assumida por leigos católicos e pela Igreja, Cunha Bueno manifesta-se sobre a Causa de beatificação de Anchieta:

Temos Anchieta presente, como na hora em que morreu, vivo, percorrendo as páginas da História. Eleito santo do Brasil por assentimento geral dos crentes e dos que não crêem, mas que admiram a sua humaníssima fé [...] Glória, pois, à memória imortal do implantador de nossos ideais de brasilidade! (CUNHA BUENO In: ANCHIETANA, 1965, p. 447) (grifo nosso)

Reforçando a posição de intelectuais e políticos expressas na *Anchietana*, o Cardeal Agnello Rossi²⁸, ao celebrar a missa campal, no dia 09 de junho, exaltou o “exemplo de amor [de Anchieta] a esta terra e a esta gente [...] *lançando os alicerces de uma sociedade nova* [...] como pacificador e defensor da Terra de Santa Cruz”, referindo-se ao jesuíta como “*um dos mais ilustres construtores da nacionalidade*”. O Cardeal continua, destacando que

²⁷Antonio Sylvio Cunha Bueno nasceu em São Paulo (SP), em 08 de dezembro de 1918. Formado bacharel em Ciências e Letras, pelo Liceu Nacional Rio Branco, e Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito da Universidade São Paulo, assumiu cargos de importância em várias empresas, entidades e órgãos públicos. Foi diretor do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e Conselheiro do Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga.

²⁸ A alta hierarquia católica sempre almejou a beatificação do missionário jesuíta, e desde a sua morte, se empenhou para isto, estimulando a produção das primeiras biografias sobre Anchieta. Contudo, tal processo se arrastou por mais de 360 anos, uma vez que José de Anchieta foi beatificado somente em 1980, por iniciativa de João Paulo II. É importante lembrar que este papado caracterizou-se por uma ampla campanha de atração de fiéis para a Igreja católica, além de ter eliminado – para a beatificação – a necessidade de comprovação de milagres previstos pelo Código de Direito Canônico. Este seria alterado em 1983, prevendo uma nova categoria de beato: a de católico respeitado pelo conjunto de sua obra, mas não milagreiro.

Tal existência – patrimônio glorioso de São Paulo e do Brasil – não poderia ser relegada ao olvido, sob pena de amputarmos de nossa vida sua força e sua auréola [...] Bem agia, portanto, o Exmo. Presidente Castelo Branco, num ato de fidelidade e de reconhecimento das nossas mais belas tradições cristãs, instituindo o “Dia de Anchieta” para que o povo brasileiro retempere no ideal cristão suas energias e pela meditação das virtudes do ínclito sacerdote e bandeirante procure imitar seus exemplos e multiplique suas preces a Deus para que possamos, quanto antes, venerá-lo em nossos altares como Santo-símbolo de nossa nacionalidade. (O Estado de São Paulo, 10 jun. 1965, p. 19.)

Dentre as qualidades e virtudes “*do nosso padre Anchieta*” que deveriam ser divulgadas e imitadas pelos brasileiros e inculcadas “*nos educandos, sobretudo nas comemorações do Dia de Anchieta*”, nesta época em que “*vicejam ideologias estranhas e sanguinárias [...] produto dum ateísmo militante*” e “*neste tormentoso século XX precisa o Brasil reafirmar conscientemente sua fé em Cristo e na sua Igreja*”, o Cardeal destacou:

O amor a Deus, nosso Pai Celestial, o acatamento à autoridade, o espírito de fraternidade, o sincero desejo da paz, a honestidade pessoal e profissional, o cumprimento escrupuloso dos próprios deveres, a capacidade de renúncia e de sacrifício em favor do bem comum, a alegria de servir, o devotamento à Pátria [...]. (O Estado de São Paulo, 10 jun. 1965, p. 19.) (grifo nosso)

Ao final da missa, o Cardeal afirma que a Igreja saudava o *Dia de Anchieta*, “*confiando que possa a instituição servir para a reafirmação dos valores espirituais e cristãos, glória de nossa gente*”, manifestando, dessa forma, “*gratidão a quem falou à nossa consciência pátria [...] e velou, invocando as bênçãos do Onipotente, junto ao berço de nossa nacionalidade – o Venerável Padre José de Anchieta.*” (O Estado de São Paulo, 10 jun. 1965, p. 19) (grifo nosso).

Um altar para Anchieta

É preciso ressaltar que a Causa da beatificação de Anchieta recebeu um inegável impulso²⁹ no período compreendido entre 1965 e 1968, através das iniciativas culturais

²⁹ O interesse na retomada do processo de beatificação é exposto por Julio de Mesquita Filho em seu discurso de abertura das comemorações: “[...] no intuito de emprestar às comemorações o caráter de uma decisiva contribuição à campanha em prol da beatificação de Anchieta dirigiu-se à Santa-Sé, rogando-lhe que indicasse um representante seu para figurar entre aqueles que estariam presentes nos festejos em organização. E foi com desvanecimento que, em resposta à solicitação, recebeu, logo a seguir, o nome do padre Molinari - o grande estudioso que no processo em curso no Vaticano desempenha o papel entre

cívico-educacionais promovidas pela Comissão Nacional encarregada das comemorações. Tais iniciativas ajudaram a difundir a fama de milagreiro do *Taumaturgo do Brasil* entre representantes de vários segmentos sociais que, em sua maioria, não eram atingidos e influenciados pelos artigos jornalísticos, e facultaram, aos integrantes da Comissão Pró-Beatificação, o acesso a informações sobre curas realizadas por intercessão do missionário jesuíta³⁰, além de estimularem sua invocação³¹ por devotos católicos.

Entre 1963 e 1965, ano da instituição do *Dia de Anchieta*, o empenho pela beatificação se intensificou, com o lançamento da *Campanha Anchieta*, divulgada em todos os Diários Associados, em estações de rádio e televisão, o envio da *Carta Postulatória da Beatificação* pelo Presidente João Goulart e a audiência do senador Danton Jobim com o Papa Paulo VI. O Decreto de 18 de janeiro de 1965, que instituiu a data alusiva a Anchieta, deve ter renovado as esperanças de religiosos e de leigos católicos na obtenção do apoio político e, principalmente, de financiamento para a dispendiosa Causa da beatificação. A inauguração de monumentos, o financiamento da produção de filmes e documentários e a proposição de palestras e sessões cívicas realizadas nas escolas públicas, podem ser interpretados como uma forma concreta de apoio à causa.

No ano de 1966, O *Jornal do Brasil* publicou três artigos que mencionavam ações do *Movimento pela Canonização de Anchieta* e o apoio que esta havia recebido do chanceler brasileiro, Juracy Magalhães, para o traslado dos ossos de Anchieta de Portugal para o Brasil. Em 1967, encontramos uma matéria que noticia que 420 parlamentares brasileiros assinaram um pergaminho³² com um pedido³³ especial para a

todos delicado de postulador da beatificação de José de Anchieta". (MESQUITA FILHO In: ANCHIETANA, 1965, p. 6).

³⁰ Na página eletrônica da CANAN (Comissão Pró-Canonização de Anchieta), figuram alguns dos supostos milagres realizados por Anchieta, mas que não foram aceitos pelo Vaticano.

³¹ É importante salientar que a figura de santo de Anchieta foi moldada ao longo dos anos, já que, como bem apontado por SOARES: "Ao longo das diversas etapas do processo de canonização (e não me refiro aqui apenas ao processo formal), ocorre certa transformação do candidato. De uma forma simplista, poderíamos dizer que sua personalidade é remodelada segundo interesses, necessidades e exigências das partes envolvidas. Daí o surgimento de santos "especialistas" (o santo que arruma marido, o que acha objetos perdidas, o que resolve causas impossíveis...) e do aparecimento de um tipo padrão de santidade conforme o período histórico e o contexto social." (SOARES, 2007, p. 6)

³² Segundo a matéria jornalística, "A petição está escrita num pergaminho seiscentista "digno de figurar na Biblioteca do Vaticano", cuja capa é um quadro onde, além do ouro, está a mensagem dirigida ao Papa e ilustrações do Padre Anchieta com representações das três fases mais importantes de sua personalidade: o poeta, o taumaturgo e o educador." (JORNAL DO BRASIL, 21 jan. 1967. s/p.)

Beatificação do jesuíta³⁴. Segundo a mesma fonte, a petição em forma de pergaminho “será encaminhada ao Papa Paulo VI, através da Presidência do Congresso Nacional e de autoridades eclesiásticas do País”³⁵.

Em três ocasiões, em 1969, 1974 e 1977, o Episcopado Brasileiro encaminhou correspondência ao Papa, “propondo a dispensa dos milagres em espécie, bastando a fama dos muitos milagres contidos nos Processos” (MOUTINHO, 1980, p. 29). Em 1979, ano em que o então Vice-Postulador Nacional da Causa da beatificação, Pe. Murillo Moutinho, se reuniu com o Ministro da Educação e Cultura, para tratar dos preparativos para o IV Centenário da Morte de Anchieta em 1997, corriam os primeiros rumores da visita do Papa ao Brasil, o que animou os postulantes a proporem que a beatificação ocorresse no Santuário de Aparecida, a Virgem a que o Pe. Moutinho havia consagrado a Causa.

Apesar da ”tendência em valorizar o exemplo de vida dos santos e a heroicidade religiosa de seus atos, e não apenas sua capacidade em conceder graças e operar milagres.” (SOARES, 2007, p. 38), em função das normas promulgadas pelo Papa João Paulo II³⁶, em 1983, a tramitação ainda é considerada lenta. Contribuem para a morosidade no julgamento dos processos os elevados custos com advogados teológicos, as despesas com viagens e com material de divulgação do candidato a santo, como se pode constatar nesta afirmação do padre Murillo Moutinho, postulador da Causa de beatificação de Anchieta: “É fácil para Deus fazer um Santo! Difícil é a Igreja declará-lo! Quantos milhões se foram nessa Causa?”. (MOUTINHO, 1980, p. 32).

³³ O pergaminho dizia o seguinte: “Santíssimo Padre, os representantes do povo brasileiro, abaixo assinados humildemente prostrados em oração suplicante aos pés de vossa augusta majestade, interpretando o pensamento unânime da Nação brasileira, pedem que, pela autoridade que exerce Vossa Santidade, mande, conforme as normas do Direito Canônico, que seja instaurado o processo de beatificação e canonização do padre José de Anchieta, da Companhia de Jesus, popularmente chamado “O Apóstolo do Brasil”. (JORNAL DO BRASIL, 21 jan. 1967. s/p.)

³⁴ Parece-nos que, efetivamente, José de Anchieta – e seu Dia – foram, neste momento, relegados a um segundo plano, como se constata neste trecho extraído do Jornal do Brasil: “Há seis meses ficou pronto o pergaminho, mas as assinaturas só foram recolhidas agora, no final da legislatura, porque houve a preocupação de só se fazer isto depois das eleições parlamentares de 15 de novembro, “para se evitar explorações em torno do assunto”. Assinaram 60 senadores e 360 deputados. (JORNAL DO BRASIL, 21 jan. 1967. s/p.)

³⁵ JORNAL DO BRASIL, 21 jan. 1967. s/p.

³⁶ Houve, a partir do Pontificado de João Paulo II, um trabalho oficial intenso para desmistificar a santidade como algo reservado a poucos dotados de qualidades sobrenaturais e mostrar sua acessibilidade a todos. Reafirmada como um fenômeno universal, católico, representaria a possibilidade de guardar os preceitos cristãos e reiterar os ensinamentos da Igreja, independentemente da imensa diversidade cultural da humanidade e sem desconectar-se do mundo de hoje. (PEIXOTO, 2006, p. 12-14)

Desde sua morte em 1597, religiosos, biógrafos e historiadores têm ressaltado a importância de José de Anchieta na formação religiosa e moral do povo brasileiro. Ao apresentarem o missionário jesuíta como precursor da nacionalidade brasileira, como guardião da moral e exemplo de santidade evidenciam não apenas as condutas consideradas fundamentais para a sociedade brasileira em diferentes momentos da história política brasileira, como justificam e evocam a sua beatificação. A instituição do *Dia de Anchieta* em 1965 parece comprovar as apropriações e os vários usos feitos da escrita e da figura do missionário ao longo de quatro séculos e comprovar a vitalidade de “*uma imagem a serviço de vários altares*”. (VILAR, 2006, p.13)

Fontes Documentais

ANCHIETANA. *Comissão Nacional para as Comemorações do “Dia de Anchieta”*. São Paulo: Gráfica Municipal/Divisão do Arquivo Histórico/Prefeitura do Município de São Paulo, 1965.

BRASIL. Lei 55.588, de 18 de janeiro de 1965. Dispõe sobre a instituição do “Dia do Anchieta”. In: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em 16 de março de 2004.

FOLHA DE SÃO PAULO. Edições de 1965 a 1968.

JORNAL DO BRASIL. Edições de 1966 e 1967.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Edições de 1965 a 1968

Referências

ABREU, Alzira Alves de. (Coord). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. 2. ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1988.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “Velha História”: o retorno da História Política. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 265-271.

FICO, Carlos. *Além do golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. Dos fins da política e da religião: o pensamento anchietano e sua apropriação pelo Regime Militar. *Metis*. v. 5. nº 1, 2006, p. 231-252.

_____. Salvaguardando o princípio da moralidade e a integridade da nação: a apropriação de Anchieta pelo regime militar. *Revista História Hoje (online)*. v. 3, 2006, p. 1-30.

JURKEVICS, Vera Irene. *Os santos da Igreja e os santos do povo: devoções e manifestações de religiosidade popular*. Tese de Doutorado. Curso de Pós-Graduação em História Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

LOFEGO, Silvio Luiz. *IV Centenário da cidade de São Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro*. São Paulo: Annablume, 2004.

MOUTINHO, SJ, Padre Murilo. *A causa de beatificação do pe. Anchieta*. (1ª Ed.) São Paulo: Edições Loyola, 1980.

PEIXOTO, Maria Cristina Leite. “*Santos da porta ao lado*”: os caminhos da santidade contemporânea católica. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2006.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade no Brasil*. Disponível em www.arnet.com.br/gramsci/arquiv148.htm. Acesso em 26/10/2007.

REIS Filho, Daniel Aarão (org.); RIDENTI, M. (Org.); Motta, Rodrigo P. S. (Org.). *O golpe e a ditadura militar – 40 anos depois, 1964-2004*. 1ª ed., Bauru: EDUSC, 2004.

SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, Pátria e Família. As mulheres no golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1985.

SOARES, Hugo Ricardo. *A Produção Social do Santo: Um estudo do processo de beatificação do Padre Rodolfo Komórek*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Campinas, SP: [s.n.], 2007

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. As várias faces da Igreja Católica. In: *Estudos Avançados*. Vol. 18, n. 52, São Paulo, dez. 2004, p.77-95.

VILAR, Socorro de Fátima Pacífico. *A invenção de uma escrita: Anchieta, os Jesuítas e suas Histórias*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.